

Guia do Investidor

# Requisitos de entrada no Uruguai

---

Abril 2022





**galante & martins**

**Autor:** Galante & Martins

**Preparado por:**

Dr. Diego Galante, Partner

Dra. Giorgina Galante, Associate

**Contato:**

info@galantemartins.com

**Para mais informações, acesse:** [Directory of Services /galante-martins/](https://www.galante-martins.com/directory-of-services)

As informações e dados aqui contidos estão atualizados, de acordo com as fontes oficiais disponíveis no momento da preparação deste capítulo de informações; em nenhum sentido se trata de conselhos nem profissionais nem comerciais.



## Tabela de conteúdo

### Introdução

#### » 1. Entrada temporária: não residentes

#### » 2. Vistos

#### » 3. Trabalho no uruguai: residentes

3.1 Documento de identidade provisório

3.2 Residência temporária

3.3 Residência legal permanente

#### » 4. Cidadania legal

#### » 5. Residência fiscal

#### » 6. Incentivos à imigração para estrangeiros

#### » 7. Fast-track para as empresas exportadoras

## INTRODUÇÃO

A autorização de residência é a autorização habilitação governamental que permite a um estrangeiro permanecer e trabalhar legalmente em nosso país.

Para solicitar uma autorização de residência, você deve solicitar à Diretoria Nacional de Migrações o tipo de residência que melhor se adapte à sua situação:

- » O **documento de identidade provisório**, lhe permitirá trabalhar por um período máximo de 180 (cento e oitenta) dias. É emitido apenas uma vez e não há possibilidade de prorrogação.
- » **Residência Legal Temporária**, é adequada para casos em que a intenção seja permanecer no país por um período superior a 180 (cento e oitenta) dias, mas inferior a 2 (dois) anos. Se a pessoa for da Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru ou Suriname pode solicitar a Residência Legal Temporária MERCOSUL com a vantagem de não ter que provar meios de subsistência ou domicílio.
- » A **Residência Legal Permanente**, é adequada para aqueles casos em que a intenção seja permanecer no país por um período superior a 2 (dois) anos, ou se sua residência temporária expirar e você quiser se tornar um residente legal permanente.

Por outro lado, é possível ter acesso à "Residência Fiscal" prevista pela legislação vigente. A condição de residente fiscal no Uruguai implica que uma pessoa pode ser considerada um contribuinte das autoridades fiscais uruguaias quando a pessoa cumpre - segundo a Diretoria Geral de Impostos (DGI) - uma das duas seguintes circunstâncias: 1) permanecer no Uruguai por mais de 183 (cento e oitenta e três) dias em um ano civil (contínuo ou descontínuo); ou 2) regularização no território uruguaio do "núcleo ou base principal de suas atividades ou de seus interesses econômicos ou vitais". Como o Uruguai mantém seu regime tributário geral sujeito ao princípio da territorialidade da fonte (ou seja, somente a renda gerada ou produzida no país é tributada, com algumas exceções específicas), as mesmas regras, critérios e impostos serão aplicados àqueles que obtiverem residência fiscal e aos demais contribuintes uruguaios, mesmo com possíveis benefícios fiscais iniciais, o que exclui qualquer exigência de ser tributado com base na renda universal ou global. Este regime está detalhado no [capítulo sobre impostos](#)<sup>1</sup> deste Guia (link).

Neste sentido, o site [Live in Uruguay](#) sistematiza todas as informações de interesse para uma pessoa estrangeira interessada em morar, trabalhar, estudar, empreender ou investir no Uruguai, incluindo os aspectos acima mencionados<sup>2</sup>. A seguir, abordaremos em detalhe os pontos anteriores.

<sup>1</sup> <https://www.uruguayxxi.gub.uy/en/invest/investors-guide/tax-system/>

<sup>2</sup> <https://www.liveinuruguay.uy/covid19-entry>



## **ENTRADA TEMPORÁRIA: NÃO RESIDENTES**

Qualquer pessoa que pretenda entrar em nosso país deve ter um passaporte válido. Em certas ocasiões, também é necessário um visto antes da data de entrada. A fim de determinar se é ou não necessário um visto, deve ser considerado o país do qual a pessoa é cidadã.. Informações sobre quais países requerem visto estão disponíveis no [Ministério do Interior](#).<sup>3</sup>

Todos os cidadãos da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Venezuela podem entrar apresentando apenas sua carteira de identidade nacional, sem a necessidade de apresentar passaporte.

<sup>3</sup> É possível acessar as informações no seguinte link: <https://migracion.minterior.gub.uy/>

# 2

## VISTOS

O Uruguai exige que algumas nacionalidades obtenham uma permissão (visto) antes de entrar no país.

Os consulados uruguaio no exterior estão encarregados de receber os pedidos de visto e fornecer informações sobre os requisitos para solicitar um visto.

A autorização de visto é responsabilidade da Diretoria Nacional de Migrações e geralmente leva pelo menos 20 dias úteis a partir da data da solicitação. Uma vez que o consulado recebe a autorização por escrito, está em condições de emitir o visto e carimbá-lo no passaporte do titular.

Todos aqueles que solicitam um visto devem fornecer uma pessoa de contato no Uruguai ou uma reserva de hotel, bem como telefone e endereço.

O Decreto N° 356/018 diferencia vários tipos de visto de acordo com o motivo de entrada no país:

- » Visto de turista
- » Visto de negócios
- » Visto de trabalho
- » Visto de estudo
- » Visto de reunificação familiar
- » Visto humanitário e de emergência
- » Visto para congressos, convenções e seminários de caráter nacional ou internacional

Para mais informações sobre os requisitos de visto e países que requerem visto, consulte o [link a seguir](https://www.gub.uy/tramites/inicio-solicitud-visas).<sup>4</sup>

<sup>4</sup> <https://www.gub.uy/tramites/inicio-solicitud-visas>

# 3

## **TRABALHO NO URUGUAI: RESIDENTES**

A residência legal ou migratória é substancialmente regulamentada pela Lei nº 18.250 ("Lei de Migração") e seu Decreto Regulamentar nº 394/009.

Ao contrário da residência fiscal, que envolve questões de tributação de pessoas, a residência legal (ou migratória) se refere ao local onde uma determinada pessoa tem uma permanência estável, ou seja, o local de moradia e onde realiza suas principais atividades sociais ou econômicas. A residência legal implica o início de um processo administrativo a pedido de um estrangeiro interessado em regularizar sua situação migratória, a fim de residir e realizar atividades no Uruguai.

No Uruguai, a regulamentação atual faz distinção entre duas categorias migratórias: (i) não residentes; e (ii) residentes. Por sua vez, dentro desta última, as subcategorias de "residentes permanentes" e "residentes temporários" são diferenciadas, dependendo da finalidade da estadia no país e da duração da estadia.

Apesar desta distinção, qualquer estrangeiro que seja residente legal no Uruguai adquire os mesmos direitos trabalhistas que os cidadãos, no que diz respeito à admissão ao emprego, remuneração, condições de trabalho, acesso à formação profissional, entre outros.

Os estrangeiros que não obtiveram residência legal são desqualificados para realizar qualquer tipo de trabalho ou atividade no Uruguai. A legislação estabelece que nenhuma empresa pode proceder com a contratação ou entrada em seu Formulário de Controle de Trabalho de estrangeiros que não estejam devidamente autorizados a trabalhar de forma legale no país, seja em caráter permanente ou temporário.

A residência legal pode ser solicitada por qualquer estrangeiro, que deverá iniciar o procedimento e ao mesmo tempo receberá um certificado de migração para solicitar uma carteira de identidade provisória na Diretoria Nacional de Identificação Civil.

### **3.1 DOCUMENTO DE IDENTIDADE PROVISÓRIO**

O documento de identidade provisório é uma autorização que permite ao estrangeiro trabalhar por um período máximo de 180 (cento e oitenta) dias. É emitido apenas uma vez e não há possibilidade de prorrogação.

Todos os estrangeiros que solicitarem residência temporária por um período inferior a 6 (seis) meses devem:

- » Providenciar provas da atividade que deu origem ao pedido perante a Diretoria Nacional das Migrações
- » Indicar a data da cessação da atividade.
- » Anexar um certificado notarial com todos os detalhes da instituição ou empresa.
- » Anexar uma cópia da carteira de identidade ou documento de viagem da pessoa que solicita o procedimento.

Tendo cumprido esses requisitos, a Diretoria Nacional de Identificação Civil irá emitir um certificado com a finalidade de outorgar uma Carteira de Identidade Provisória, para então proceder ao registro perante os órgãos de Previdência Social e o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

### **3.2 RESIDÊNCIA TEMPORÁRIA**

Esta residência é apropriada quando o estrangeiro permanece no país por um período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias e um máximo de 2 (dois) anos, sendo esse período prorrogável de acordo com a causa que dá origem à sua admissão como residente temporário. O período de permanência pode ser renovado por um período de 2 anos adicionais, com um máximo de 4 (quatro) anos. No caso de optar por esta residência, o interessado deve apresentar seu pedido à Diretoria Nacional de Migrações.

Os nacionais da Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru ou Suriname podem solicitar a Residência Temporária do MERCOSUL, com especificações para realizar o procedimento de residência temporária.

Em geral, o regulamento estipula que, para se candidatar ao procedimento, devem ser apresentados os seguintes documentos:

- » Documento de identidade original com o qual entrou no país.
- » Documento com foto do interessado.
- » Cartão de saúde em vigor, emitido pelas instituições de saúde autorizadas pelo Ministério da Saúde Pública do Uruguai.



- » Certificado de vacinação atual certificando que o estrangeiro cumpre com o cronograma de vacinação em vigor em nosso país.
- » Documentação credenciando a atividade que dá origem a sua admissão como Residente Temporário.
- » No caso de maiores de 18 (dezoito) anos de idade, atestado de antecedentes criminais do país de origem e do país onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos antes de entrar no Uruguai, legalizado, apostilado e traduzido ao espanhol, se aplicável.
- » Carta em papel timbrado especificando a atividade realizada e o período de emprego pelo empregador, indicando a remuneração mensal, se aplicável, e os meios de apoio. Esta carta deve ser acompanhada de um certificado autenticado onde todos os detalhes da empresa são acreditados, de acordo com a natureza legal da empresa ou Histórico de Trabalho emitido pelo Banco de Previdência Social.

Além disso, os estudantes devem provar seu status por meio de um certificado oficial da instituição de ensino. No caso de um instituto privado, deve ser acompanhado de um certificado notarial da existência do instituto e de seu controlador. Também devem fornecer provas de meios suficientes para seu sustento.

Se o estrangeiro não tiver seus próprios meios de apoio, pode fornecer os meios de apoio de um membro da família e deve provar este vínculo. Se o sustento vier do exterior, deve apresentar um certificado notarial declarando o dinheiro recebido do exterior, detalhando o valor, o local onde ele recebe o dinheiro e a relação da pessoa que faz a transferência. Este tipo de residência é concedido por até 1 (um) ano, prorrogável por períodos iguais, não excedendo 2 (dois) anos da carreira total.

Além de cumprir os requisitos acima, quando tiverem menos de 18 (dezoito) anos de idade é necessário:

- » Anexar autorização expressa de seus pais para se estabelecerem temporariamente no Uruguai.
- » Anexar a certidão de nascimento do menor.
- » Se o menor não for morar com nenhum de seus pais, deve ser estabelecido qual adulto será seu responsável no país.
- » Comprovação do status de estudante por meio de um certificado oficial da instituição de ensino.

Se o estrangeiro desejar permanecer no país por mais tempo do que o previsto pela residência temporária, tanto comum como para os países do MERCOSUL, deverá iniciar o procedimento de Residência Permanente, antes do término do prazo de sua residência temporária.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> No caso de pessoas religiosas pertencentes a igrejas, ordens ou congregações reconhecidas no país, que venham a realizar atividades relacionadas ao seu culto, ensino ou assistência, também devem apresentar um certificado emitido pela congregação ou igreja à qual pertencem em papel timbrado, declarando as atividades a serem realizadas pelos solicitantes, a duração de sua missão e provas de meios de sustento. Deve se anexar um certificado notarial, certificando o status legal e outros dados correspondentes à associação civil.

### 3.3 RESIDÊNCIA PERMANENTE

Este tipo de residência é apropriado quando a intenção do estrangeiro for permanecer no Uruguai por um período maior a 2 (dois) anos, ou quando a residência temporária expirou e há vontade de se tornar um residente legal permanente. No caso de optar por este tipo de residência, o interessado deve apresentar sua solicitação perante à Diretoria Nacional de Migrações.

Se a residência permanente for concedida, a duração da estadia é indefinida.

Como no caso da residência temporária, os cidadãos da Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru ou Suriname, e parentes estrangeiros de nacionais do país têm facilidades especiais para se candidatarem à residência. Nestes casos, é possível iniciar o trâmite de forma direta no país de origem (na missão diplomática uruguaia que corresponda) sem custos.

Para solicitar a Residência Legal Permanente, o estrangeiro deve cumprir alguns requisitos e apresentar a seguinte documentação:

- » Foto de identificação da parte interessada.
- » Documento de identidade original de entrada ao país.
- » Carteira de saúde ocupacional válida emitida por prestadores de saúde públicos ou privados autorizados pelo Ministério da Saúde Pública do Uruguai.
- » Carteira de vacinação em vigor, aprovado por um centro de vacinação no Uruguai que certifica que o estrangeiro cumpre com os requisitos de vacinação do Uruguai.
- » Documentação que credita os meios de vida do interessado, de acordo com a atividade a ser realizada (a menos que a pessoa seja originalmente de países membros do MERCOSUL).
- » Atestado de antecedentes criminais devidamente legalizado, apostilado e traduzido para o espanhol - se aplicável - do país de origem e dos países onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos por um período igual ou superior a 6 (seis) meses. A documentação do Brasil está isenta de tradução para o espanhol.
- » Certidão de nascimento e/ou casamento, se aplicável. A certidão de nascimento será exigida exclusivamente quando o requerente tiver menos de 18 (dezoito) anos de idade, não poderá ter mais de um ano de idade no momento de iniciar o procedimento, o qual deverá ser devidamente legalizado ou autenticado e, se necessário, traduzido.
- » Atestado de antecedentes judiciais.
- » Comprovação da intenção de permanecer de maneira confiável.

# 4

## CIDADANIA LEGAL

As normas constitucionais e legais em vigor determinam que qualquer pessoa estrangeira de boa conduta, maior de 18 (dezoito) anos de idade, que se enquadre em qualquer uma das seguintes situações legais, pode ser um cidadão legal no Uruguai:

1. Com família constituída na República, que possuindo algum capital ou propriedade no país ou professando alguma ciência, arte ou indústria, tem três anos de residência habitual na República
2. Sem uma família constituída na República, que tenha alguma das qualidades do parágrafo anterior e cinco anos de residência habitual na República.
3. Ter obtido uma graça especial da Assembleia Geral por serviços notáveis ou méritos relevantes.

A fim de iniciar o procedimento, o interessado deve apresentar prova de:

- » Autorização para residir no país.
- » Nacionalidade.
- » Idade.
- » Identidade.
- » Residência.
- » Família constituída.
- » Enraizamento.
- » Boa conduta.
- » Ideias democráticas.

O candidato deverá comparecer perante o Tribunal Eleitoral, onde todas as questões relacionadas com a cidadania solicitada serão processadas. O procedimento é gratuito e, uma vez aprovado, tem duração indefinida.

# 5

## RESIDÊNCIA FISCAL

A fim de obter informações completas e detalhadas sobre o sistema tributário uruguaio aplicável aos residentes fiscais, remetemos ao capítulo tributário deste Guia ([link](#))<sup>6</sup>, entretanto, algumas diretrizes deste regime especial são brevemente indicadas.

Segundo a legislação uruguaia, uma pessoa física é considerada residente para fins fiscais no país sempre que exista alguma das seguintes circunstâncias:

1. Permanecer no Uruguai por mais de 183 (cento e oitenta e três) dias durante o ano civil, contando ausências esporádicas e a menos que o contribuinte comprove sua residência fiscal em outro país; ou
2. Reside no Uruguai seu núcleo principal, a base de suas atividades ou de seus interesses econômicos ou vitais.

### Situação 1 - Permanecer no país

Para determinar o período de permanência das pessoas no Uruguai, serão considerados todos os dias de presença efetiva no país (independentemente do tempo de entrada e saída), sem contar os dias em que a pessoa permanece como passageiro em trânsito. Da mesma forma, com base na regulamentação em vigor, as ausências em território uruguaio seriam consideradas "esporádicas" na medida em que não excedam um total de 30 dias consecutivos, a menos que o contribuinte comprove ter residência fiscal em outro país, apresentando o certificado de residência emitido pela autoridade fiscal correspondente. Isto é acreditado mediante a apresentação do Certificado de Chegada emitido pela Diretoria Nacional de Migrações.

### Situação 2 - Principal núcleo de atividades ou interesses vitais ou econômicos

Para determinar a configuração do "Principal núcleo de atividades ou interesses vitais ou econômicos", os seguintes critérios devem ser levados em consideração caso a caso:

<sup>6</sup> <https://www.uruguayxxi.gub.uy/pt/quero-investir/guia-do-investidor/sistema-tributario/>

**Tabela 1 - Critérios para a determinação da residência fiscal de acordo com os fundamentos**

Causal	Critério interpretativo
Núcleo ou base de atividades no Uruguai	<p>Geração no Uruguai de renda de maior volume do que em outros países.</p> <p>Nota: A "existência da base de atividades" não será configurada quando a renda obtida for puramente do capital, mesmo que a totalidade de seus ativos esteja neste país.</p>
Interesses vitais	<p>Residência habitual (migratória) no Uruguai de cônjuges e filhos menores, desde que o cônjuge não esteja separado legalmente e que os filhos estejam sujeitos à autoridade parental.</p> <p>Nota: Se não houver filhos, a presença do cônjuge é suficiente.</p>
Interesses econômicos	<p>Investimento no Uruguai em qualquer um desses ativos e situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>» Imóveis com valor superior a USD 1.660.400 (valores estimados em julho de 2021)<sup>7</sup>, considerando o custo fiscal atualizado de cada imóvel.</li> <li>» Investimentos diretos ou indiretos em empresas com valor superior a USD 4.981.200 (valores estimados em julho de 2021)<sup>8</sup>, incluindo atividades ou projetos declarados de interesse nacional.</li> <li>» Imóveis com valor superior a USD 387.427 (valores estimados em julho de 2021)<sup>9</sup>, considerando o custo fiscal de cada imóvel, desde que tenha sido feito após 1 de julho de 2020 e desde que registre uma presença física no Uruguai durante o ano civil de pelo menos 60 (sessenta) dias.</li> <li>» Possuir direta ou indiretamente uma participação em uma empresa por um valor superior a USD 1.660.400 (valores estimados em julho de 2021)<sup>10</sup>, desde que tenha sido realizada após o dia 1º de julho de 2020 e gere pelo menos 15 (quinze) novos empregos diretos em uma relação de dependência, em tempo integral e durante o ano civil. Para tais fins, deve-se considerar o investimento acumulado desde a data acima mencionada até o final do ano civil correspondente. Por outro lado, novos empregos devem ser considerados desde que não estejam relacionados a uma redução de empregos em entidades relacionadas.</li> </ul>

<sup>7</sup> Os valores foram expressos em dólares americanos para facilitar a compreensão, mas devem sempre corresponder ao valor estabelecido no regulamento de 15.000.000 Unidades Indexadas (UI). O valor diário da UI pode ser encontrado em <https://www.ine.gub.uy/web/guest/valores-antiores>.

<sup>8</sup> Equivalente a 45.000.000 UI.

<sup>9</sup> Equivalente a 3.500.000 UI.

<sup>10</sup> Equivalente a 15.000.000 UI.



O estabelecimento em território nacional do núcleo principal ou base de atividades deve ser credenciado por meio de um certificado notarial ou contábil de renda total, ao qual deve ser anexada a declaração do contribuinte declarando que o requerente não tem outra renda além daquela referida na certificação.

A residência no território nacional do centro de interesses vitais deve ser credenciada por meio de qualquer documentação considerada relevante, como registro da criança ou das crianças em uma instituição educacional, comprovante de cobertura médica, comprovante de filiação a clubes esportivos, etc.

Se uma pessoa física não creditar ou configurar nenhuma das hipóteses nos termos indicados, não será considerada residente fiscal no Uruguai, e não será incluída como contribuinte dos impostos determinados para esta condição (principalmente o Imposto à Renda das Pessoas Físicas -IRPF- ou Imposto ao Patrimônio -IP-), não obstante a condição de contribuinte para não residentes que obtenham renda de fontes uruguaias (tipicamente o Imposto à Renda dos Não residentes -IRNR-) poder ser totalmente aplicável.

A fim de provar a residência fiscal de uma pessoa jurídica, deve ser apresentado um certificado notarial declarando que:

- » No caso de pessoas jurídicas ou entidades constituídas sob leis nacionais: prova de incorporação sob leis nacionais, domicílio no país pelo período solicitado (fiscal e incorporado), representação da empresa, declaração de que não há redomiciliação no exterior em processo.
- » No caso de pessoas jurídicas ou entidades não constituídas sob as leis nacionais: prova da conclusão dos procedimentos formais exigidos pelas leis e regulamentos em vigor para estabelecer seu domicílio no país, domicílio no país pelo período solicitado, representação da empresa, declaração de que não há redomiciliação no exterior em processo.

Atualmente, se o status de residente fiscal for reconhecido pelas autoridades competentes, um Certificado de Residência Fiscal será emitido na forma de um arquivo assinado digitalmente, que é enviado para o endereço de e-mail do solicitante.

# 6

## **INCENTIVOS PARA A IMIGRAÇÃO DE ESTRANGEIROS**

A Lei de Migração determina, como direitos inalienáveis de todos os migrantes e suas famílias, o direito à migração, ao reagrupamento familiar, ao devido processo e ao devido acesso à justiça, bem como a igualdade de direitos com os nacionais, sem distinção de qualquer tipo em razão de sexo, raça, cor, língua, religião ou convicção, opinião política ou outra opinião, origem nacional, étnica ou social, nacionalidade, idade, situação econômica, propriedade, estado civil, nascimento ou qualquer outra condição.

Os incentivos para a imigração de estrangeiros são uma consequência de políticas que procuram incentivar o investimento estrangeiro em nosso país, assim como com respeito aos cidadãos uruguaios que residiram no exterior nos dois (2) anos anteriores e que se estabelecem no país, trazendo capital para investir em atividades que sirvam ao desenvolvimento econômico, social ou cultural.

A Lei de Migração também determina a igualdade de tratamento dos migrantes em relação aos uruguaios. O Estado garante o direito à igualdade de tratamento com os nacionais a todos os estrangeiros que entram e permanecem no país, cumprindo as formas e condições estabelecidas na Lei, tanto em termos de direitos como de obrigações.

Em relação ao trabalho dentro do país, os estrangeiros devem ter igualdade de tratamento com os nacionais e os mesmos direitos trabalhistas que os uruguaios em todos os aspectos, tais como admissão ao emprego, remuneração ou salário, condições de trabalho, acesso a instalações de treinamento profissional, reivindicações trabalhistas, etc. Sob certas condições, a introdução de ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos necessários para o exercício de sua profissão, arte ou comércio está isenta de impostos, assim como os bens de uso pessoal, bens domésticos e eletrodomésticos.

# 7

## **FAST-TRACK PARA EMPRESAS EXPORTADORAS - RESIDÊNCIAS TEMPORÁRIAS**

As empresas exportadoras que desejarem contratar cidadãos estrangeiros (investidores, trabalhadores, técnicos, gerentes, gerentes intermediários ligados às empresas), poderão ter acesso ao serviço da agência Uruguay XXI, especializada na promoção de investimentos e exportações no país, o que facilitará o processamento de vistos e/ou residências temporárias. Esta possibilidade é aplicável aos estrangeiros que já tenham entrado no território nacional como turistas e também àqueles que possam iniciar o procedimento no seu país de origem através das missões diplomáticas uruguaias.

Podera encontrar mais informações sobre todos os requisitos para entrar<sup>11</sup> no Uruguai no site [Live in Uruguay](https://es.liveinuruguay.uy).<sup>12</sup> Este é um site que sistematiza todas as informações de interesse para uma pessoa estrangeira interessada em morar, trabalhar, estudar, iniciar um negócio ou investir no Uruguai, disponível.

<sup>11</sup> <https://es.liveinuruguay.uy/entryprocedures>

<sup>12</sup> [www.liveinuruguay.uy](http://www.liveinuruguay.uy)



## QUEM SOMOS

Somos a agência responsável pela promoção das exportações, investimentos e imagem país. Trabalhamos para aumentar a capacidade exportadora e a competitividade das empresas uruguaias, promover o país como um destino atraente para investimentos produtivos e impulsionar a marca país *Uruguay Natural* no mundo.

Junto com outras instituições, fazemos parte do Sistema Nacional de Transformação Produtiva e Competitividade (Transforma Uruguay) que trabalha para promover o desenvolvimento econômico produtivo e inovador do país, com sustentabilidade, equidade social e equilíbrio ambiental e territorial.



Rincón 518/528 - CP 11000  
Tel.: (598) 2915 3838  
[www.uruguayxxi.gub.uy](http://www.uruguayxxi.gub.uy)



## NOSSOS SERVIÇOS AO INVESTIDOR

- Informação macro e setorial. Uruguay XXI elabora frequentemente estudos sobre o Uruguai e os diferentes setores da economia.
- Informação sob medida. Preparamos informações personalizadas para responder às suas perguntas específicas, como dados macroeconômicos, sobre o mercado de trabalho, impostos e aspectos legais, programas de incentivo aos investimentos, localização e custos.
- Contato com os principais atores. Geramos contatos com entidades governamentais, atores industriais, instituições financeiras, centros de P+D e potenciais parceiros, entre outros.
- Promoção Promovemos oportunidades de investimento em eventos estratégicos, missões e rodadas de negócios.
- Facilitação de visitas ao país de investidores estrangeiros, incluindo a organização de agenda de reuniões com autoridades públicas, fornecedores, potenciais parceiros e câmaras de negócios, dentre outros.
- Apoio no estabelecimento e expansão. Facilitamos seu estabelecimento no país e apoiamos para atingir o crescimento de seu negócio no Uruguai.





**Uruguay XXI**  
PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS,  
EXPORTAÇÕES E IMAGEM PAÍS

[www.investinuruguay.uy](http://www.investinuruguay.uy)